

GT 1. Lutas camponesas e indígenas na América Latina

A relevância da formação política e humana para a potencialidade das lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: reflexões a partir de uma experiência de extensão universitária

Jéssica Oliveira Monteiro*

Resumo: O artigo objetiva pautar elementos que salientam a relevância da formação política e humana para a potencialidade das lutas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tendo como base, reflexões desencadeadas por um processo de experiências de trabalhos extensionistas junto ao MST na região da baixada litorânea e norte do estado do Rio de Janeiro. Nesse caminho, a trabalho busca traçar alguns elementos para recuperar o significado histórico-social do MST na conjuntura contemporânea de crise estrutural do capital na particularidade brasileira e ressaltar algumas potencialidades que a construção de processos formativos pode ter na qualificação da luta pela terra e pela transformação da sociedade. Assim, destacamos reflexões para instigação de processos de formação política e humana quem venham contribuir para o avanço das lutas da classe trabalhadora.

Palavras-chave: MST; Significado histórico-social; Formação política e humana.

* Graduada do 9º período em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense - Polo Universitário de Rio das Ostras. Bolsista do Programa de Extensão "Universidade Itinerante: formação político-cultural em direitos humanos voltada para comunidades rurais da baixada litorânea e região norte do estado". Membro da direção do Centro Acadêmico de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense - Polo Universitário de Rio das Ostras. jessicamonteiro@id.uff.br

1. Introdução

O contexto latino-americano no desenrolar da década de 1990, em que o neoliberalismo afinca suas garras, evidencia o desenvolvimento de dois movimentos sociais com importantes significados histórico-sociais: o zapatismo no México e o MST no Brasil. Esses dois movimentos inseridos no *hall* das lutas camponesas e indígenas em *Nuestra America*, trazem questões teóricas e políticas profundas que exigem uma qualificada compreensão da atual configuração capitalista. Neste artigo recortamos o assunto sobre o MST pela nossa experiência de trabalho com formação política e humana via extensão universitária junto a esse movimento.

A experiência citada se desenrolou na atuação como bolsista de graduação no projeto de extensão "Assessoria em questão de cidadania a movimentos sociais e populares: parcerias inter-universidades para gestação de processos de formação política e humana para militantes sociais" no período de 2010 a 2012 e atualmente em 2013 se desenrola no programa de extensão "Universidade Itinerante: formação político-cultural em direitos humanos voltada para comunidades rurais da baixada litorânea e região norte do estado". As ações de extensão referidas são vinculadas à Universidade Federal Fluminense - Polo Universitário de Rio das Ostras e originadas no curso de Serviço Social desta instituição. Além disso, o presente trabalho faz parte do início do processo de construção do trabalho de conclusão da graduação em Serviço Social, tendo como objetivo geral, a partir dessas experiências, estudar o significado político-social das lutas dos movimentos sociais contestatórios da ordem vigente na cena contemporânea e a relevância dos processos de formação política e humana.

Assim, iniciamos nossa conversa resgatando alguns breves apontamentos sobre o significado histórico-social do MST no Brasil para em seguida, dialogamos sobre potencialidades dos processos de formação política e humana para as ações do MST na disputa pela terra, pela Reforma Agrária e na luta pela superação da sociedade capitalista.

Longe de realizar uma análise exaustiva sobre o tema, pretendemos lançar elementos introdutórios capazes incentivar debates, pesquisas e intervenções críticas sobre os temas abordados.

2. Breves apontamentos sobre o significado histórico-social do MST no Brasil

A formação sócio-histórica do Brasil é essencialmente marcada por características que remontam ao processo perverso da colonização, cuja estrutura se configura a partir da vasta

concentração da propriedade de terras. Desenrolando o fio da história até a atualidade, nota-se que a estrutura de concentração da propriedade da terra continua sem mudanças efetivas apesar de mudanças das formas de governo.

Nesse sentido, é possível visualizar enfrentamentos desde o processo de colonização do Brasil, passando pelos indígenas, negros escravizados construindo quilombos, as lutas messiânicas, lutas localizadas e espontâneas, as lutas organizadas ideologicamente (como as Ligas Camponesas), entre outras lutas mais atuais. Portanto, falar de questão agrária, pautando a marca essencial da concentração fundiária, responsável pela produção de graves desigualdades sociais e econômicas no Brasil, relacionada às vastas violações de direitos humanos, é também falar dos sujeitos coletivos que politizam e publicizam essa questão, que na maior parte das vezes são criminalizados, ora obscurecidos.

O MST surge no bojo do período de rearticulação e explosão de diversificadas lutas sociais no Brasil na década de 1980. Teve um período de gestação de aproximadamente quatro anos até a sua constituição no ano de 1984 em Cascavel no Paraná, em que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) nascida em 1979 teve grande protagonismo. O Movimento tem abrangência nacional, se integra internacionalmente à Via Campesina e é alicerçado sob três objetivos principais: a luta pela terra, a luta pela reforma agrária e a luta por uma sociedade justa. Assim, apontam que a conquista da terra é apenas um primeiro passo para a conquista da reforma agrária, e, por conseguinte a conquista da reforma agrária é indispensável para transformação da sociedade. A luta pela terra é uma luta específica, mas a conquista da terra para a reforma agrária se insere na luta de classes, pois significa a conquista de parte umbilical do poder da classe dominante, expresso na propriedade privada e concentração fundiária. Podemos então, extrair da proposta do MST uma compreensão universal de luta: apesar de lutar por uma questão particular (terra e reforma agrária), o Movimento compreende a raiz da concentração fundiária vinculada à ordem instituída, e assim pautando sua superação. Salientamos como necessária e desafiante a contínua conformação dessa perspectiva de luta para o Movimento.

Olhar sobre o MST é uma tarefa necessária e complexa. Necessária pelo momento histórico da luta de classes que vivenciamos no Brasil, na América Latina e no mundo como um todo, que implica novas características da questão agrária no contexto da nova etapa de mundialização do capital. Complexa porque implica assumir a compreensão para além da sua atuação imediata e de não idealização do Movimento sem discutir seus limites e desafios.

Dado o amplo leque de questões a serem discutidas a partir do MST, recortamos nesse momento aspectos de seu significado histórico-social nos tempos da barbárie contemporânea.

Nenhum movimento social pode ser compreendido fora do processo de reorganização societária em curso no mundo e em suas particularidades (que se relacionam dialeticamente): local, regional, estadual, nacional. Tendo esse panorama, podemos afirmar que o MST vem se constituindo como uma das principais expressões de luta nessa nova configuração societária, em que o campesinato se "reinventa" na perspectiva agroecológica de produção.

É importante atentarmos que o MST se desenvolve no contexto de crise das formas clássicas de organização da classe trabalhadora, tanto dos partidos políticos de esquerda como os sindicatos, assim como no contexto de surgimento de diferentes movimentos sociais que trazem elementos historicamente diferenciados para a constituição de sujeitos coletivos de luta. Levar em conta essa chave analítica significa reconhecer as novas determinações na configuração das lutas sociais, pois

vivemos numa época em que tanto os sujeitos sociais encontram dificuldade para a construção de sua unidade organizativa e de intervenção em termos classistas, quanto as ciências sociais de uma forma geral parecem secundarizar ou mesmo negar a validade analítica dos conceitos de classe social e luta de classes sociais. (MATTOS, 2009, p. 84)

Diversos estudos apontam que data de meados do século XX, o surgimento dos chamados "novos movimentos sociais", em geral objetivam serem complementos, ora alternativas aos movimentos clássicos, que se ligam diretamente à relação capital *versus* trabalho. O estudo de Braz (2000) polemiza que muitas análises se encaminharam na perspectiva de que as lutas sociais se deslocaram da esfera da produção para a esfera da reprodução, o que inclui também o debate sobre o falso deslocamento da centralidade do trabalho nos tempos atuais. Sem condições de alongar essa discussão, a posição assumida aqui é de que os chamados "novos movimentos sociais" traduzem novas respostas coletivas pelo particular momento histórico demarcado, que traz em seu bojo diferentes condições históricas para a luta e resistência dos trabalhadores. Nesse sentido, é necessário o cuidado de não se atar em análises superficiais, que fogem de problematizar o processo geral de produção e reprodução da vida social.

Na América Latina o processo de surgimento destes sujeitos se desencadeia a partir do contexto de expansão capitalista da Guerra Fria. Esse direcionamento de busca de alternativas reivindicatórias tem o alicerce na crítica sobre a incapacidade de universalização das lutas operárias. Dessa forma, os "novos movimentos sociais" situam-se fora da esfera *imediata* do

trabalho e produção material do capital, pautando questões, por exemplo, de gênero, etnia, raça, sexualidade e bens de consumo, como transporte, moradia, terra, etc.

Tratando especificamente do MST, podemos afirmar que seu objetivo central é a luta contra o latifúndio enquanto fonte que sustenta uma estrutura de poder extremamente desigual que no Brasil e adquire enorme significação histórico-social diante da extrema concentração fundiária no país. Nesse processo de lutas, a estratégia principal são as ocupações de terras. Os sem-terra, quando realizam as ocupações de latifúndios improdutivos como forma estratégica de pressionar a realização da reforma agrária, conquistam para além da possibilidade de conquista da terra, lições marcantes para formação de outro modo de vida em sociedade. A construção de uma ocupação permite a possibilidade de gestação de ensaios de outras formas de organização territorial e de autoprodução da vida social, tornando-se referência (e então tendo um sentido sócio-educativo) de enfrentamento à lógica de vida capitalista e de auto-organização popular. É importante colocar que tais experiências não se dão de forma harmônica e isentas de problemas diversificados. Porém o que queremos ressaltar é que “elas mostram que a organização coletiva dos trabalhadores é capaz de fazer o que o Estado não faz. E apontam para a perspectiva de uma nova lógica de organização do território, definida pelo interesse coletivo da maioria e não pela sede de lucros” (BOULOS, 2012, p. 62).

Assim, torna-se uma escola de vida. O MST “acerta” quando pauta cotidianamente a atualidade de suas reivindicações: pois além de conseguir pautar continuamente a reforma agrária como tema no cenário político brasileiro face às diversas estratégias de negar e deturpar sua centralidade e atualidade para uma sociedade mais justa, o MST com seus acampamentos, assentamentos, cooperativas, atividades públicas, escolas, etc., vem traçando uma dinâmica sócio-educativa valiosa:

Como resultado, a multiplicação dos assentamentos em praticamente todos os Estados tem provocado, especialmente, a renovação política desses rincões rurais, democratizando-os lentamente e produzindo novas práticas sociais, antes consideradas especialmente pelos grandes proprietários rurais. (NAVARRO, 2002, p. 212-213, *apud* PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 16)

Chamamos a atenção para o fato de que tais propostas de resistência sofrem ofensivas do modelo dominante que se pretende eternizar. No que tange a questão agrária, o Brasil está vivendo um momento histórico de enfrentamento entre o modelo capitalista, que é o agronegócio, e o modelo da agricultura familiar, que é a agroecologia. Tal embate tem

produzido a face eminentemente violenta do atual modelo agrário dominante. O número de trabalhadores rurais reprimidos e assassinados são assustadoramente elevados.

No cenário contemporâneo, o MST aposta no modelo de produção agroecológica como ferramenta principal para derrotar o modelo do agronegócio: modelo esse que vem desencadeando uma profunda destruição ambiental, social, econômica e política, modelo que fez com que nosso país se tornasse o maior destruidor de florestas e um dos maiores consumidores de agrotóxicos. (MST, 2009/2010). Então, percebemos na agroecologia como estratégia e modelo de produção atualmente desenvolvido pelo MST, mais um valioso significado do Movimento para a realidade brasileira, pois, a crise mundial do capital aponta para a necessidade de novas formas de mobilização de massas para a afirmação da agricultura camponesa como estratégia para o desenvolvimento verdadeiramente sustentável, produzindo alimentos saudáveis que garantam não só a segurança, mas a soberania alimentar do país. É dessa forma que o Movimento aposta na concretização da função social da terra, em que a mesma produza alimentos para satisfação das necessidades da humanidade e não para produzir lucros privados, produzir o aumento da concentração de riqueza de uns em detrimento do aumento da pobreza de outros.

3. Formação política e humana: potencialidades para a práxis do MST

Lutamos melhor quando adquirimos conhecimento
qualificado sobre a realidade.

Adelar João Pizetta

Nesse momento procuramos ressaltar na amplitude das discussões sobre os movimentos sociais, que, para aqueles movimentos sociais que caminham na postura de enfrentamento com a ordem burguesa, entender as características do Estado que se enfrenta e as estratégias que este utiliza se tornam elementos fundamentais. Dessa forma, os esforços na construção de experimentos formativos se colocam como um espaço contra-hegemônico e, portanto central para potencializar as intervenções do Movimento.

A formação política é um dos princípios organizativos do MST, que demonstra desde o momento de sua gestação, grande preocupação com a escolarização dos seus militantes, mas também com a formação humana, com a formação da consciência. Para intervir concretamente na realidade, é fundamental a sua adequada interpretação. "A coragem e a audácia não são suficientes. É necessário apoiar-se no conhecimento" (MST, 2007, p. 43).

O investimento em formação política acarreta a formação de sujeitos; é um investimento em processos de formação de uma nova consciência, de uma nova lente de leitura do mundo. Nessa perspectiva, procuramos evidenciar como os processos de formação de consciência emancipatória através dos processos de formação política e humana podem contribuir para estreitar os militantes ao sentido essencial de *dialética* e devir histórico. Permite a construção de questionamentos sobre a realidade e sobre a possibilidade de proposições através da recuperação do movimento histórico; permite a compreensão de *práxis* voltada para a emancipação humana, voltada a construir conhecimentos e estratégias capazes de contribuir para ações concretas que apontem para a suas reivindicações específicas e para a direção de questionamento da "ordem" societária instituída.

No entanto, é importante colocar que este processo não é simples e linear: os sujeitos trazem em sua constituição histórica e particular variadas concepções de mundo. Nas experiências de extensão em questão, desencadeamos processos de formação política e humana básica. Entre os temas discutidos nesse momento está a história da luta pela terra, a história do Movimento inserido em determinada conjuntura, os desafios e dilemas atuais, princípios e valores da militância e as relações sociais de exploração e opressão. O caminho privilegiado é a educação popular, que tem o marxismo como teoria e instrumento para interpretação da realidade com a intenção de transformá-la. Tal experiência não está isenta de dificuldades, mas o que procuramos destacar nesse momento são algumas potencialidades de processos formativos vinculados a um projeto de sociedade para a atuação do MST. Elencamos algumas delas vivenciadas pelo trabalho de formação com o acampamento Osvaldo de Oliveira (MST-RJ) no período 2010-2013:

- Expansão dos sujeitos individuais para além de si mesmo, inseridos na totalidade da vida social;
- Politização das condições de vida dos acampados;
- Construção de identidade com a luta dos sem-terra e com a luta pela transformação da sociedade;
- Processos de reflexão e qualificação contínua sobre a prática e estratégias coletivas do acampamento;
- Produção de conhecimentos através dos momentos de confronto de ideias;

- Ampliação de atividades construídas coletivamente como: galpões para assembleias, reuniões, formação política, horta comunitária, participação em atos públicos, eventos e cursos;
- Contribuição para interpretação da correlação de forças políticas da sociedade brasileira e localmente na região onde se situa o acampamento;
- Contribuição para identificação dos “amigos e inimigos” do Movimento;
- Processos de identificação dos desafios, limites e prioridades de ações do acampamento além do amadurecimento no tratamento dos conflitos internos;
- Contribuição com a formação inicial de intelectuais orgânicos ao Movimento, subsidiando a formulação de processos pedagógicos pelo próprio movimento;
- Ampliação e mobilização da participação popular no interior das instituições públicas e estatais e o fomento do debate acerca das políticas públicas, tendo em vista necessidades e demandas do Movimento e da classe trabalhadora com um todo;
- Contribuição para o processo de construção de uma nova cultura, de criação de outra forma de relação com a natureza e novos valores nas relações sociais.

Com esses destacamentos queremos sinalizar a negação de uma concepção romântica e simplória do processo de formação. Pelo contrário, o caminho é difícil e repleto de contradições. Lidamos por exemplo, com a precariedade da estrutura e recursos da Universidade para esses fins, com a forte presença de valores individualistas que nos é oferecido a todo tempo e com a tensão dos conflitos e violência regionais do latifúndio.

É importante dizer que nesse processo, aprendemos mais ou tanto quanto ensinamos. Para a concretização dos encontros de formação, são realizadas reuniões de planejamento e formulação dos meios necessários para o processo ensino/aprendizagem. Essas reuniões contam com a participação de todas as partes envolvidas nesse trabalho, professores, bolsistas, acampados e membros da coordenação estadual do MST. Trabalhamos com o objetivo de construir um espaço coletivo, em que os trabalhadores Sem Terra se sintam parte do processo de formação e animados para socializar suas sínteses, concepções e dúvidas. Nesse sentido, a utilização de recursos metodológicos que facilitem a apropriação do

conteúdo é fundamental visto que, grande parte dos acampados não são alfabetizados. Isso significa a necessidade de formulação de instrumentos pedagógicos que atendam efetivamente a realidade trabalhada. Podemos destacar alguns: materiais áudio-visuais (documentários, vídeos, filmes); materiais ilustrativos (fotografias, charges); jornais e revistas de mídias alternativas (inclusive os muitos elaborados pelo próprio MST); cartazes; materiais artísticos (poesias, músicas, pinturas), atividades culturais (teatro, capoeira); materiais lúdicos (contos, cirandas, dinâmicas) e o estímulo à construção de místicas, que contribuam para formação de identidade com a luta camponesa.

Para finalizar, apesar de reconhecermos o caráter histórico conservador das Universidades públicas, afirmamos que a mesma não é isenta de ser um espaço de disputas políticas: ao mesmo tempo em que vem sendo direcionada a serviço das camadas dominantes da sociedade, pode e deve fortalecer processos organizativos dos atores que contestam coletivamente a forma social vigente. É diante desses fatos que chamamos a atenção para a importância estratégica que a Universidade pública poder vir a ter na construção de um projeto societário emancipatório, particularmente a partir do fortalecimento das ações extensionistas realizadas junto a organizações e movimentos sociais, que visam ampliar o acesso aos bens socialmente produzidos, articulando suas reivindicações imediatas e particulares à crítica à ordem burguesa.

4. Considerações Finais

Como problematizado, uma análise crítica sobre o processo histórico revela que estamos vivenciando um contexto adverso, com profundas transformações societárias capitaneadas pelo projeto do capital. Em relação às lutas camponesas são inúmeros os desafios, ainda mais nesse momento de estagnação da Reforma Agrária, o avanço destrutivo do agronegócio e a expansão de grandes projetos lucrativos (Transposição do Rio São Francisco, construção de BR's, especulação imobiliária, remoções de comunidades, obras de Megaeventos, construção de hidroelétricas, leilões do petróleo, etc.). Essas e outras questões e mediações precisam ser trabalhadas criticamente nos processos de formação política e humana realizados junto ao MST a fim de deslindar as determinações históricas e construir propostas coletivas de enfrentamento.

O conhecimento pode e deve ser ferramenta de transformação da realidade e então, deve estar direcionado a fortalecer processos organizativos da classe trabalhadora. Assim, é

central a contínua afirmação do corte de classe na luta dos movimentos sociais, ou seja, que a luta não se restrinja apenas a demanda específica, mas que tenha como horizonte a luta contra a exploração do homem pelo homem. Resgatar as potencialidades da formação política e realizá-la a partir dos elementos da *educação popular* e do *materialismo histórico dialético* possibilita a interpretação crítica da história, não somente porque essa direção permite conhecer a realidade para além da aparência, mas porque através dos elementos captados podemos compreender a história como processo contínuo de possibilidades. A formação política e humana nessa perspectiva configura-se como estratégia de fortalecimento e avanço da luta, pois possibilita a construção de uma nova hegemonia. Além disso, o processo histórico nos mostra que todo movimento social que subestima a formação política acaba por cair nas armadilhas do pragmatismo e/ou no oportunismo.

A experiência nas ações de extensão citadas despertou os olhares para veracidade da unidade teoria-prática. É interessante observar como os processos de formação, podem viabilizar a expansão dos horizontes dos indivíduos, novos caminhos, novas possibilidades, nova maneira de se relacionar com o mundo e a construção de uma nova subjetividade.

Por fim, ressaltamos que os processos de formação política não devem estar desarticulados do debate mais amplo de formação humana, formação para vida, porque o modo como nos relacionamos economicamente, socialmente e politicamente se implicam intimamente, influenciando profundamente nosso modo de viver.

Referências bibliográficas

BERTOLDO, Edna; MOREIRA, Luciano e JIMENEZ, Susana (Orgs.) Trabalho, Educação e Formação Humana frente à necessidade histórica da revolução. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

BOULOS, Guilherme. Porque ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto. São Paulo: Scortecci Editora, 2012.

BRAZ, Marcelo. O debate teórico acerca dos “novos movimentos sociais” no Brasil: um balanço crítico. Revista Serviço Social e Movimento Social. São Luiz: EDUFMA, v. 2, n.2, julho-dezembro de 2000.

CALDART, Roseli Salete. *Pedagogia do Movimento Sem Terra*. 3ª Ed. São Paulo: Expressão Popular.

IASI, Mauro Luis. *Ensaio sobre consciência e emancipação*. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LOWY, Michael (Org.). *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. 3ª edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

MAURO, Gilmar. *A dialética das lutas socialistas: o MST e as novas formas de construção do poder popular na América Latina*. In: *Revista da Em Pauta*. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Nº 19, 2007.

MST. *Revista Sem Terra Especial Agroecologia*. São Paulo, 2009/2010.

_____. *Cadernos de estudos ENFF nº 1. A política de formação de quadros*. Guararema: Escola Nacional Florestan Fernandes, 2007.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Reorganizando o refluxo: ensaios de intervenção sobre a classe trabalhadora no Brasil atual*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2009.

MORISSAWA, Mitsue. *A História da luta pela terra e o MST*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MONTAÑO, Carlos e DURIGUETTO, Maria Lúcia. *Estado, classe e movimento social*. 2ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

MONTEIRO, Jéssica Oliveira. *Movimentos Sociais, Universidade Pública e Serviço Social: reflexões a partir de uma experiência de extensão universitária*. Anais do I ENTSS, Maceió-AL, março de 2013.

PIZZETA, Adelar João. *A formação política no MST: um processo em construção*. In OSAL (Buenos Aires:CLACSO) Año VIII, nº22), 2007.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A nova questão agrária e a reinvenção do campesinato: o caso do MST*. In: *Revista Geografias* v. 1 n. 1. Belo Horizonte, julho-dezembro de 2005.

SILVA, Gilvânia Ferreira da. *A natureza educativa nas ocupações de luta pela terra no Brasil*. In: *Revista Libertas*, Juiz de Fora, edição especial, fev/2007.

TEIXEIRA, Luiz Monteiro e SILVA, Roberta Maria Lobo. Educação e sociedade: compromisso com o humano. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

ZIBECHI, Raúl. Os movimentos sociais latino-americanos: tendências e desafios. IN: LEHER, Roberto & SETUBAL, Mariana. Pensamento crítico e movimentos sociais. São Paulo, Cortez 2005.